

VI CONGRESSO INTERNO DO INSTITUTO PSICOLOGIA DA USP

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA APÓS A LEI 10.639

Juliana Meirelles Gonçalves Ito

Contato com o autor: julianamgito@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Casco

Nível do Trabalho: Iniciação Científica

Introdução: Esta pesquisa propõe-se a analisar a discriminação nas escolas após a implementação da lei 10.639. Essa Lei altera a Lei nº9394, de 20 de Dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino (fundamental e médio nas escolas privadas e públicas) a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. O conteúdo programático deverá incluir estudo Da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil e deverá ser ministrado em todo o currículo escolar, em especial na áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. A implementação dessa Lei insere-se em um quadro maior de uma série de ações educativas que visam principalmente: a construção positiva da identidade negra e a melhoria das relações sociais na escola. **Objetivo:** O projeto de pesquisa se dedica a compreender as associações que se dão, após a implementação da Lei 10.639/2003, entre as ações educativas por ela preconizadas e a construção das representações que alunos têm sobre o que é “ser negro” e o que é “ser branco” na cultura. Além disso, esse projeto também propõe o desenvolvimento de uma escala de diferencial semântico a partir da análise dos dados coletados. **Método:** De acordo com o que Oliveira (2007) realizou em sua pesquisa para a construção do questionário de diferencial semântico, foi utilizado um instrumento de pesquisa, no qual os alunos tinham de indicar sete adjetivos ou expressões que considerassem característicos dos colegas negros e dos colegas brancos. Os sujeitos de pesquisa são alunos do quinto ano de duas escolas públicas do ensino fundamental do município de São Paulo: uma que já tenha implementado o ensino da história e cultura negra no currículo, há pelo menos quatro anos, e outra que não tenha implementado o ensino da história e cultura negra no currículo, como determina a Lei 10.639/2003. **Resultados e Discussão:** Nos mesmos moldes que Oliveira (2007), a partir dos adjetivos com maiores frequências, desenvolvemos uma Escala de diferencial semântico, pontuada de 0 até 9 com os seguintes adjetivos: rico/pobre; esportista/não esportista; legal/chato; bonito/feio; inteligente/ignorante; alegre/ triste; bom amigo/ mal amigo; confiável/ não confiável. **Conclusão:** Dado o caráter exploratório do trabalho de campo, não foi possível

chegar a conclusões categóricas acerca das associações entre as práticas preconizadas pela Lei 10.639 e a alteração nas representações que os alunos têm sobre o que é “ser negro” e “ser branco” na cultura, sendo que esse objetivo poderá ser explorado por meio da aplicação da escala de diferencial semântico noutra investigação. Apenas algumas comparações entre as escolas puderam ser realizadas. Dessa forma, tem-se um vasto campo de investigação para estudos futuros que possam aplicar tal instrumento, inclusive para verificar de maneira mais conclusiva as alterações trazidas pela introdução da Lei 10.639 ao cotidiano escolar.

Palavras-chave: Discriminação racial. Escola. Lei 10.639.

Agência financiadora: Reitoria da USP (RUSP).